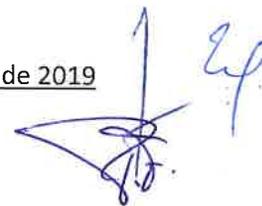


- (a) CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO
- (b) Rua da Boa Nova, 105
4050 – 101 Porto
- (c) Apoio Social a Idosos

ANEXO

AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 2019

- (a) Designação da entidade
- (b) Domicílio da entidade
- (c) Natureza da atividade



1 – Identificação da Instituição

A Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registo nº 12/06 com publicação do Diário da República, Série II, nº 165 de 28 de Agosto de 2006.

A sua sede fica localizada na Rua da Boa Nova, nº 105, 4050-101, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, concelho do Porto.

Inaugurada em Julho de 2005 pelo então Bispo do Porto, Sr. D. Armindo Lopes Coelho, a Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foi construída com o objectivo de garantir alojamento e cuidados de saúde aos sacerdotes idosos da diocese, no outono das suas vidas.

A missão da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é prestar um serviço de elevada qualidade de modo controlado, normalizado, rigoroso e solidário, adequado a cada utente e respondendo às suas necessidades.

Valorizam um clima de afeto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Os seus valores fundamentais são:

- Respeito
- Confiança
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Rigor
- Eficiência

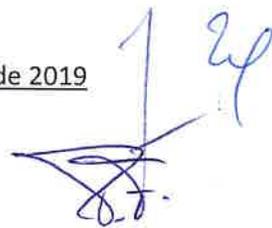
2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março. No anexo II do referido Decreto-Lei é feita referência que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)



3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível de operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas de “Devedores e Credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período económico para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, estando nestes casos, devidamente identificados e justificados neste anexo. Deste modo é fornecida informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não são compensados. Devido à sua importância os ativos e passivos e os rendimentos e gastos são relatados separadamente.

3.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição agrega o custo de compra e outros custos diretamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos no local e nas condições necessárias à sua total operacionalidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção, conservação e reparação dos ativos são registadas como gastos do período em que são verificadas, exceto quando estas despesas são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

14

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se apresentam na tabela abaixo transcrita:

Descrição	Anos de vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 – Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. Este custo inclui as despesas incorridas desde a compra até ao seu armazenamento. A fórmula de custeio utilizada é o FIFO e o sistema de inventário utilizado é intermitente. As quantidades de cada bem a inventariar são registadas a 31 de Dezembro de cada ano.

3.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

As contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de ajuda financeira ao pagamento das indemnizações aquando a cessação dos contratos de trabalhos dos funcionários.

3.2.4 – Clientes e outras contas a receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas são reconhecidas, para que desta forma seja espelhado o valor realizável líquido.

3.2.5 – Caixa e depósitos bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, inclui o montante existente em caixa, assim como os valores dos depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alterações de valor.

3.2.6 – Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores registados nas contas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais, revela o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos. Estes Fundos são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros,
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 – Impostos sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 10 do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os abates, as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2018	Adições	Abates	Transf.	31/12/2019
Equipamento básico	51.962,30	376,75			52.339,05
Equipamento administrativo	4.123,61				4.123,61
Outros activos fixos tangíveis	6.168,16	3.252,40			9.420,56
Ativo Tangível Bruto	62.254,07	3.629,15			65.883,22
Depreciações acumuladas:					
Equipamento básico	24.795,82	5.400,74			30.196,56

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2019

Equipamento administrativo	2.883,98	364,08			3.248,06
Outros activos fixos tangíveis	1.826,10	1.271,98			3.098,08
Depreciações Acumuladas	29.505,90	7.036,80			36.542,70
Ativo Tangível Líquido	32.748,17				29.340,52

6 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica de inventários apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Mercadorias	1.627,85	678,46
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	730,75	1.041,83
Total	2.358,60	1.720,29

No que respeita ao cálculo do custo das mercadorias e dos géneros alimentares, reconhecido como gasto do período dos anos de 2019 e de 2018, detalhamos esse cálculo no quadro abaixo transcrito:

Descrição	Mercadorias 2019	Mercadorias 2018	Matérias-primas 2019	Matérias-primas 2018
Saldo Inicial	678,46	490,68	1.041,83	379,98
Compras	6.887,12	4.878,76	36.641,19	29.611,13
Saldo Final	1.627,85	678,46	730,75	1.041,83
Custo do período	5.937,73	4.690,98	36.952,27	28.949,28

7 – Réditos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos como réditos os seguintes:

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018
Venda de Mercadorias	5.828,30	4.251,89
Venda de Fraldas e produtos higiene/limpeza	5.828,30	4.251,89
Prestação de Serviços	149.140,00	101.414,50
Quotas dos utilizadores	149.140,00	101.414,50
Outros Rendimentos e Ganhos	66.113,08	129.844,11
Desconto de pronto pagamento obtido	54,48	313,43
Outros (Jóia utilização apartamento)	0,00	118.995,00
Restituição de impostos (IVA)	55.300,04	2.659,95
Imputação de subsídios p/ investimentos	9.800,00	7.800,00
Correções de períodos anteriores	903,57	75,73
Outros	54,99	0,00
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	3,46	0,00
Ganhos por aumento justo valor financeiros	3,46	0,00
Juros	2,60	114,31

Depósitos bancários	2,60	114,31
TOTAL	219.087,44	235.624,81

8 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Rubricas	2019	2018
Subsídios de outras entidades:	175.000,00	150.000,00
Diocese do Porto	0,00	0,00
Irmandade dos Clérigos	175.000,00	150.000,00
Doações e heranças:	16.660,93	17.713,80
Consignação IRS	1.136,53	1.716,80
Donativos Particulares	15.524,40	15.997,00
Legados	0,00	0,00
TOTAL	191.660,93	167.713,80

9 – Benefícios dos Empregados

Os membros que compõem os órgãos diretivos de forma voluntária são seis. A Direção é composta por 3 elementos: Presidente, Tesoureiro e Secretário e o Conselho Fiscal é composto por 3 elementos.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade foram de 16 em 2019 e de 15 em 2018.

Os valores referentes aos gastos com o pessoal que a entidade registou em 2019 e em 2018 foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	176.446,24	153.653,14
Benefícios Pós Emprego	55,00	0,00
Indemnizações	602,21	169,79
Encargos sobre as remunerações	38.675,11	32.160,13
Seguros de acidentes no trabalho	2.384,33	1.931,03
Outros gastos com o pessoal	1.474,39	590,25
TOTAL	219.637,28	188.504,34

10 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art. 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação contributiva da Entidade perante a Segurança Social está devidamente regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 – Investimentos Financeiros

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2019

Nos períodos de 2019 e de 2018, a Instituição possuía os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos Financeiros	2.485,80	1.812,22
FCT	2.485,80	1.812,22
TOTAL	2.485,80	1.812,22

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Obras Ano de 2017	22.057,34	22.516,87
Obras Ano de 2018	528.300,33	539.428,58
Obras Ano de 2019	36.164,31	0,00
Seguro de acidentes de trabalho	2.533,03	2.384,33
Outros gastos diferidos	456,25	222,96
TOTAL	589.511,26	564.552,74
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades do ano seguinte	425,00	1.575,00
TOTAL	425,00	1.575,00

13 – Caixa e Depósitos Bancários

As contas de Caixa e de Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2019 e de 2018, registavam os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	683,97	3.968,97
Depósitos à ordem	43.316,17	4.601,06
Depósitos a prazo	30.256,98	30.256,98
TOTAL	74.257,66	38.827,01

14 – Fundos Patrimoniais

Na rubrica de Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Resultados transitados	33.504,80	100.699,32		134.204,12
Ajust. em Subsídios	382.200,00	100.000,00	9.800,00	472.400,00
TOTAL	415.704,80	200.699,32	9.800,00	606.604,12

15 – Clientes

O saldo da rubrica de Clientes a 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é apresentado no seguinte quadro:

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Descrição	2019	2018
Cientes c/c		
Cientes	4.009,10	275,00
TOTAL	4.009,10	275,00

16 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores a 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c		
Fornecedores	24.980,38	88.118,62
TOTAL	24.980,38	88.118,62

17 – Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, estava composta da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
IVA – restituição de IVA	394,66	0,00
TOTAL	394,66	0,00
Passivo		
Retenção na fonte de IRS	741,00	729,00
Segurança Social	4.406,37	3.583,80
FCT/FGCT	75,64	54,49
TOTAL	5.223,01	4.367,29

18 – Outras Contas a Pagar e a Receber

A rubrica Outras Contas a Pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Não Corrente 2019	Corrente 2019	Não Corrente 2018	Corrente 2018
Credores por Acréscimo		33.566,00		29.327,67
Remunerações a liquidar		30.646,59		27.769,73
Outras despesas diferidas		2.919,41		1.557,94
Outros Devedores e Credores		3.505,55		142,73
Outros credores		3.505,55		1.642,73
Outros devedores		0,00		- 1.500,00
TOTAL	0,00	37.071,55	0,00	29.470,40

19 – Fornecimentos e Serviços Externos

A distribuição da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, no final de 2019 e de 2018, estava organizada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados:	38.255,33	38.108,56
Trabalhos especializados	20.340,76	17.953,12
Vigilância e segurança	659,99	625,46
Honorários	1.485,00	2.060,00
Conservações e reparações	15.591,18	17.282,98
Serviços bancários	178,40	187,00
Materiais	2.922,64	2.836,57
Energia e fluídos:	31.097,34	22.193,53
Eletricidade	14.499,83	12.112,16
Água	5.270,83	4.654,81
Gás	11.326,68	5.426,56
Deslocações, estadas e transportes	0,00	422,32
Serviços diversos:	38.944,97	8.544,49
Rendas e Alugueres	155,12	0,00
Comunicação	2.177,49	1.817,28
Seguros	646,62	0,00
Limpeza, higiene e conforto	4.547,53	3.101,46
Outros serviços	31.418,21	3.625,75
Encargos com utentes	2.514,24	1.906,03
TOTAL	113.734,52	74.011,50

De realçar que o valor de “Outros Serviços” de 31.418,21 inclui o condomínio da Torre da Marca no montante de 28.150,17. A Irmandade dos Clérigos participou com 25.000,00 para compensar este custo adicional da Casa Sacerdotal.

20 – Perdas por justo valor e Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Perdas por diminuições de justo valor	2,90	0,00
Impostos	341,55	481,65
Outros gastos e perdas	1.051,78	317,75
Outros Gastos	1.393,33	799,40

21 – Acontecimentos após Data de Balanço

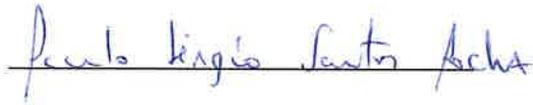
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras e de Balanço de 31 de dezembro de 2019.

Após o fecho do período e até a este momento não se registaram outros acontecimentos que possam modificar de forma significativa a situação apresentada neste anexo.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2019

Porto, 14 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado


Paulo Sérgio Santos Rocha

A Direção

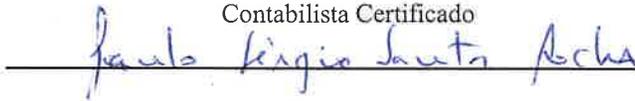

Francisco Silva

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		29 340,52	32 748,17
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2 485,80	1 812,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		31 826,32	34 560,39
Activo corrente			
Inventários		2 358,60	1 720,29
Créditos a receber		4 009,10	275,00
Estado e outros entes públicos		394,66	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		589 511,26	564 552,74
Outros ativos correntes		0,00	1 500,00
Caixa e depósitos bancários		74 257,66	38 827,01
		670 531,28	606 875,04
Total do ativo		702 357,60	641 435,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		134 204,12	33 504,80
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		472 400,00	382 200,00
		606 604,12	415 704,80
Resultado líquido do período		28 053,54	100 699,32
Total dos fundos patrimoniais		634 657,66	516 404,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		24 980,38	88 118,62
Estado e outros entes públicos		5 223,01	4 367,29
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		425,00	1 575,00
Outros passivos correntes		37 071,55	30 970,40
		67 699,94	125 031,31
Total do passivo		67 699,94	125 031,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		702 357,60	641 435,43

Direcção

Contabilista Certificado





Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

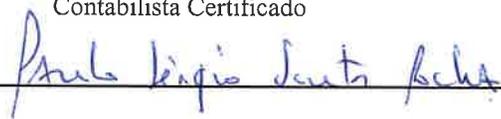
Contribuinte: 507600274

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		154.968,30	105.666,39
Subsídios, doações e legados à exploração		191.660,93	167.713,80
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		42.890,00	33.640,26
Fornecimentos e serviços externos		113.734,52	74.011,50
Gastos com o pessoal		219.637,28	188.504,34
Adjustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		2,90	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-3,46	0,00
Outros rendimentos		66.113,08	129.844,11
Outros gastos		1.393,33	799,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35.087,74	106.268,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		7.036,80	5.683,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28.050,94	100.585,01
Juros e rendimentos similares obtidos		2,60	114,31
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		28.053,54	100.699,32
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		28.053,54	100.699,32


A Direção

Contabilista Certificado



Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		142 464,10	95 735,46
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		256 894,41	547 989,12
Pagamentos ao pessoal		145 744,05	126 085,05
Caixa gerada pelas operações		-260 174,36	-578 338,71
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		279 980,46	510 945,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		19 806,10	-67 393,41
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	128,63
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-97,55	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		2,60	114,31
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		100,15	-14,32
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		15 524,40	14 497,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		15 524,40	14 497,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		35 430,65	-52 910,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		38 827,01	91 737,74
		74 257,66	38 827,01

A Direcção

Contabilista Certificado





MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)

ANEXO OBRIGATORIO

CG

Conta de Gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO	2019	(1)
NISS	20017483383	
NIPC	507600274	

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (5)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º A 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º AO 50.º ANO (8)	A débito (10)		A crédito (11)	A crédito (12)	A crédito (13)	
					para a 78831 Outros (8b)	esb	debitos	creditos						
593 5931	SUBSÍDIOS PIDDAC								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5932 5932	OUTROS OUTROS	2018 2019	390.000,00 100 000,00 €		7 800,00 2 000,00				382 200,00 0,00	7 800,00 2 000,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	374 400,00 98 000,00
TOTAL SUBS. PARA OBRAS									382 200,00	9 800,00	0,00	0,00	0,00	472 400,00

Observações:

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

ATAS

Folha 53

ATA N.º 52

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu a Direcção da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, estando presentes todos os seus elementos.-----

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois mil e dezanove.-----

Seguiu-se de imediato à análise do ponto único da ordem de trabalhos, tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas, destacando-se a conformidade destas com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado líquido positivo de vinte e oito mil cinquenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos, e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezanove.-----

Verificadas as contas e o resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e dezanove e afectar ao saldo da conta os resultados líquidos transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Secretário, pelo Tesoureiro e pelo Presidente da Direcção.-----


António Augusto Vieira de Sousa




ATAS

ACTA NÚMERO VINTE E SEIS DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, na sede da mesma Casa Sacerdotal, na presença de todos os seus membros: Cónego João da Silva Peixoto, Padre Manuel Monteiro Mendes e Padre Emanuel António Brandão de Sousa, presidente e vogais respetivamente.-----

Em conformidade com o artigo sétimo, parágrafo segundo, dos Estatutos da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foram submetidas a apreciação as Demonstrações Financeiras da dita Casa Sacerdotal do ano de dois mil e dezanove.-----

Explicadas e analisadas as referidas Demonstrações, com o saldo positivo de vinte e oito mil e cinquenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos, o Conselho Fiscal deu parecer favorável.-----

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada esta ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes.-----

Presidente

João da Silva Peixoto

Vogal

Manuel Monteiro Mendes

Vogal

Emanuel António Brandão de Sousa

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2019 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.casasacerdotalporto.com em 31 de julho de 2019.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2019 a entidade:
 - Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

A Direção:

